



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO *(art. 6º, inciso XXIII, alínea “a”, da lei nº 14.133, de 2021)*

- 1.1** Sistema de Registros de Preços para futura e eventual aquisição de extintores novos e seus acessórios, fabricados de acordo com as normas técnicas em vigor (ABNT/INMETRO), incluído os serviços de instalações completos, que serão utilizados nas unidades escolares, Creches, Almoxarifado e Secretaria de Educação, conforme condições, quantidades, expressas neste termo de referência;
- 1.2** As aquisições dos extintores novos são caracterizadas como bem principal à prestação de serviço (instalações) classificado como acessório, ambos precisam ser adquiridos de forma conjunta e única, não sendo possível ter dois fornecedores distintos, para que assim possamos lograr êxito na contratação.
- 1.3** A Secretaria Municipal de Licitações e Contratos, na condição de Órgão Gerenciador do Registro de Preço, adotará a prática de todos os atos necessários ao controle da presente Ata.
- 1.4** As especificações estão contidas na memória de cálculo no Anexo I deste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1** Tal solicitação prende-se ao fato de que os itens do certame serão necessários para suprir as necessidades das 42 Unidades Escolares da rede municipal de ensino que estão em funcionamento, algumas unidades escolares que estão em processo de reforma e ampliação, que tem previsão de finalização ainda no ano corrente, dotando-as de condições técnicas e estrutura física adequada aos alunos e para o desenvolvimento de suas ações;
- 2.1** A aquisição dos extintores de incêndio destina-se a atender a necessidade de manter os extintores de incêndio nas unidades escolares, Creches, Almoxarifado e Secretaria de Educação, abastecidos, com as respectivas cargas dentro da validade e prontos para o uso, em caso de necessidade, para o combate de princípios de incêndios, visando garantir a segurança da comunidade usuária (servidores, docentes, alunos), bem como a integridade do Patrimônio Público;
- 2.2** Considerando a segurança dos alunos, docentes, servidores e a integridade do patrimônio público;
- 2.3** São itens obrigatórios e essenciais para o bom funcionamento e segurança das escolas, setores e funcionários;
- 2.4** Diante do exposto, faz-se fundamental a aquisição desses materiais para o bom funcionamento dos serviços prestados.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO *(art. 6º, inciso XXIII, alínea “b”, da lei nº 14.133, de 2021)*

- 3.1** O objeto desta contratação enquadra como sendo de bem comum, conforme art. 20 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.2** O Registro de Preço está fundamentado no art. 6º, inciso XLV da Lei nº 14.133, de 2021.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



- 3.3** A contratação está alinhada ao Plano Anual de Contratações – PAC, conforme previsto no Decreto nº 188, de 24 de novembro de 2022. A aquisição também está prevista no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações da SEMED.

OBJETO	JUSTIFICATIVA PARA A DESPESA
Aquisição e recarga de extintores de incêndio	Destina-se a atender a exigência da Defesa Civil do Município e do Corpo de Bombeiros, visando a segurança dos servidores e usuários, bem como a integridade do Patrimônio Público, além de atender as exigências estabelecidas pelas Normas Técnicas vigentes.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “c”, da lei nº 14.133, de 2021)

- 4.1** Após a análise das opções disponíveis, verificou-se que a aquisição dos extintores e sinalizações de segurança, é a melhor solução, visto que outro tipo de contratação não atenderia com maestria a necessidade da SEMED.

5. MODALIDADE E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 5.1** Considerando que se trata de estimativa de aquisição, sugere-se a modalidade Pregão Eletrônico por Registro de Preços, com previsão de consumo para 12 meses, ajustando-se aos recursos orçamentários, minimizando futuros imprevistos e evitando possíveis prejuízos à Administração, com uma contratação que atenda as reais necessidades, sem restar desperdícios, bem como sem causar interrupção da execução dos serviços.

- 5.2** A licitação será na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICO pelo critério de julgamento do **MENOR PREÇO GLOBAL**.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “d”, da lei nº 14.133, de 2021)

- 6.1** Apresentar Atestado de Capacidade Técnica de fornecimento, emitida por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, declarando que a empresa já promoveu o fornecimento da mesma natureza do objeto deste estudo, comprovando aptidão para o fornecimento do objeto pertinente de maneira compatível com as mesmas especificações constantes neste Termo de Referência.
- 6.2** Os extintores de incêndio, deverão atender ao especificado nas normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) em especial a NBR 12962, 13434, 14105, 11715, 11716, 10721, 9654, 9695 e 7195 nas Portarias do INMETRO/MDIC em especial a nº 158/06 e nº 173/06 e nas Normas Técnicas do Corpo de Bom beiro Militar do Estado do Rio de Janeiro bem como demais legislações em vigor, ou que venham a ser editadas no transcorrer da vigência do contrato.
- 6.3** A contratada precisa ser cadastrada no Corpo de Bombeiros do seu respectivo Estado e possuir cadastro no CREA.
- 6.4** A contratação deverá observar os seguintes requisitos:
- 6.5** Sustentabilidade:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



- a) A licitante que tiver sua proposta selecionada deverá estar ciente da obrigatoriedade em atender aos critérios sustentabilidade ambiental contidos no Art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Casa Civil da Presidência da República, no que coube;
- b) Que sejam observados os requisitos ambientais para obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c) Que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- d) Conforme Estudos Preliminares, o requisito da contratação abrange o seguinte:
- e) A embalagem deverá obedecer às normas gerais de segurança compatíveis com a natureza do meio de transporte e da própria bagagem, devendo seu custo estar embutido no preço dos serviços de transporte contratados.

6.6 Subcontratação:

- a) Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6.7 Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021. pelas razões abaixo justificadas: Tratar-se de fornecimento de pronta entrega.

7. CONDIÇÕES DE GUARDA E ARMAZENAMENTO

- 7.1** Os produtos não serão armazenados no almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação.
- 7.2** Os produtos serão entregues e instalados nas unidades educacionais e administrativas da Secretaria Municipal de Educação, conforme Anexo II.

8. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6º, XXIII, alínea “e” e art. 40, §1º, inciso II, da lei nº 14.133, de 2021)

8.1 Prazo e local de entrega:

8.2 O fornecimento e/ou serviço deverá ser iniciado em até 05 (cinco) dias úteis, contados pelo recebimento da ordem de início pelo contratado

8.3 O prazo total de entrega e instalação dos materiais será de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento da primeira Ordem de Fornecimento.

8.4 Local de entrega:

8.5 Os materiais, objetos desta licitação, deverão ser entregues parceladamente, nas unidades educacionais e administrativas da Secretaria Municipal de Educação e instalados no ato da entrega de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação, conforme os endereços acostados no Anexo II, no horário de 09:30 à 12h e 13:30 à 16:30. pelo período de 12 (doze) meses.

8.6 Descrição dos serviços:

8.7 Instalação dos extintores:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



- =====
- 8.6.1** A instalação dos extintores relacionados nos itens 02,04,06,08,10 e 12 consistirá no serviço de instalação em todos os demais procedimentos da previstos na legislação pertinente;
- 8.6.2** Para a instalação dos extintores portáteis, devem ser observadas as seguintes exigências:
- a) Cada extintor deve possuir seu suporte tripé conforme item 05;
 - b) O local do extintor deverá conter a sinalização conforme item 03 e placa conforme item 07, podendo haver mais de um cilindro na mesma marcação a depender da carga extintora necessária;
 - c) não devem ficar em contato direto com o piso;
 - d) devem possuir capacidade extintora mínima conforme NT 02 -01 CBMERJ – ABNT NBR 12693.
- 8.6.3 O extintor deve ser instalado de maneira que:**
- a) haja menor probabilidade de o fogo bloquear seu acesso;
 - b) seja visível, para que todos os usuários fiquem familiarizados com a sua localização;
 - c) permaneça protegido contra intempéries e danos físicos em potencial;
 - d) não fique obstruído por pilhas de mercadorias, matérias-primas ou qualquer outro material;
 - e) esteja junto ao acesso dos riscos;
 - f) sua remoção não seja dificultada por suporte, base, abrigo, etc; e
 - g) não fique instalado em escadas.
- 8.6.4** O extintor de pó químico (ABC) poderá substituir qualquer tipo de extintor das classes A, B e C dentro de uma edificação ou área de risco. É permitida a instalação de uma única unidade extintora de pó ABC em edificações do risco pequeno com área inferior a 50 m²
- 8.6.5** Os extintores de incêndio devem ser adequados à classe de incêndio predominante dentro da área de risco a ser protegida, de forma que haja, no mínimo, 02 (dois) extintores de incêndio, sendo um para incêndio classe A e um para incêndio classes B e C. É permitida a instalação de 02 (dois) extintores iguais de pó ABC.
- 8.6.6** Serão aceitos extintores com acabamento externo em material cromado, latão ou metal polido, desde que possuam marca de conformidade expedida por órgão credenciado pelo Sistema Brasileiro de Certificação (Inmetro).
- 8.6.7 Placas de sinalização**
- 8.6.8** Deverão ser adotados os padrões (símbolos, distanciamentos, dimensões e representações) definidos pela ABNT NBR 13434, exceto quando a **NT 05 – 2 do CBMERJ** indicar outra instrução.
- 8.6.9** Será exigida sinalização de segurança, adotando-se os padrões definidos pela ABNT NBR 13434. Será adotada nas áreas de circulação, interior

das escadas de emergência, áreas de refúgio, demais áreas comuns e ao longo das rotas de saída, próximos aos elevadores e no corredor do prédio, conforme NT 2-10 – Plano de Emergência Contra Incêndio e Pânico (PECIP).

- 8.6.10** Quando se tratar de extintor de incêndio instalados em locais onde porventura o acesso ao mesmo possa ser obstruído, um quadrado com 1 m de lado deverá ser pintado em vermelho no piso abaixo do equipamento e, em hipótese alguma, esta área poderá ser ocupada, conforme - Sinalização de solo para equipamentos. (hidrante e extintor). Símbolo: quadrado (1,00 m x 1,00 m) Fundo: vermelha (0,70 m x 0,70 m) Borda: amarela (largura = 0,15 m).
- 8.6.11** A placa deve ter dimensões do formato A3, no sentido horizontal (paisagem). Os materiais utilizados para a confecção das sinalizações de emergência devem atender às seguintes características:
- a) possuir resistência mecânica;
 - b) possuir espessura suficiente para que não sejam transferidas para a superfície da placa possíveis irregularidades das superfícies onde forem aplicadas;
 - c) não propagar chamas;
 - d) resistir a agentes químicos e limpeza;
 - e) resistir à água;
 - f) resistir ao intemperismo.
- 8.6.12** Devem utilizar elemento fotoluminescente para as cores brancas e amarelas dos símbolos, faixas e outros elementos empregados para indicar:
- a) sinalizações de orientação e salvamento;
 - b) equipamentos de combate a incêndio e alarme de incêndio;
 - c) sinalização complementar de indicação continuada de rotas de saída;
 - d) sinalização complementar de indicação de obstáculos e de riscos na circulação de rotas de saída.
- 8.6.13** Os materiais que constituem a pintura das placas e películas devem ser atóxicos e não radioativos, devendo atender às propriedades colorimétricas, de resistência à luz e resistência mecânica.
- 8.6.14** O material fotoluminescente deve atender à norma NBR 13434-3 – Requisitos e métodos de ensaio. As placas utilizadas na sinalização podem ser do tipo plana ou angular; quando angular, devem possuir um ângulo de 45° da parede e no seu cume fazer um ângulo de 90°.
- 8.6.15** Toda sinalização de emergência instalada nas edificações e áreas de risco deverão possuir a marcação e rotulagem conforme a norma brasileira, NBR 13434-3, onde os elementos de sinalização devem ser identificados, de forma legível, na face exposta, com a identificação do fabricante



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



(nome do fabricante ou marca registrada ou número do CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica), independente da apresentação do documento técnico expedido pelo conselho de classe do responsável da execução e/ou instalação do equipamento. Adicionalmente, os elementos de sinalização com características fotoluminescente devem apresentar os seguintes dados:

- a) intensidade luminosa em milicandelas por metro quadrado, a 10 min e 60 min após remoção da extinção de luz a 22°C +/- 3°C;
- b) tempo de atenuação, em minutos, 22°C +/- 3°C;
- c) cor durante a excitação, conforme DIN 67510-1; e
- d) cor da fotoluminescência, conforme DIN 67510-1.

8.8 Condições de entrega:

- 8.9** Os fornecedores deverão respeitar as quantidades, descrições, qualidade e marca dos materiais licitados.
- 8.10** Os produtos deverão ser novos e entregues acondicionados em suas embalagens originais lacradas, de forma a permitir completa segurança quanto a sua originalidade e integridade, devendo estar acondicionados e embalados conforme praxe do fabricante, protegendo o produto durante o transporte e armazenamento, com indicação do material contido, volume, data de fabricação, fabricante, importador (se for o caso), procedência, bem como demais informações exigidas na legislação em vigor.
- 8.11** Os cilindros devem possuir lacre de segurança na cor da norma do exercício vigente, pina de segurança e manômetro indicando a pressão da carga, alça de transporte e mangueira, conforme legislação vigente.
- 8.12** Os cilindros deverão estar rotulados, identificado a carga extensora, especificações técnica e modo de usar visíveis.
- 8.13** Possuir selo do INMETRO com as especificações exigidos nos HT-2-01 do CBMERJ e ficha de inspeção para controle e manutenção.
- 8.14** O fornecedor está sujeito à fiscalização dos produtos no ato da entrega e posteriormente, reservando-se e a esta Secretaria Municipal de Educação, através do responsável, o direito de não recebê-los, caso os mesmos não se encontrem em condições satisfatórias ou no caso de o produto não ser de primeira qualidade.
- 8.15** Não serão aceitas embalagens violadas, danificadas ou que apresentem dúvidas quanto à qualidade e procedência do produto.
- 8.16** Os produtos, mesmo entregues e recebidos, ficam sujeitos à substituição pela Contratada, desde que comprovada a existência de problemas cuja verificação só seja possível no decorrer da utilização;
- 8.17** Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 8.18** Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades

8.19 Os serviços serão recebidos:

a) Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes neste termo de referência e da proposta.

b) Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes neste termo de referência e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará em até 15 (quinze) dias do recebimento provisório; em se tratando de serviços de maior complexidade, o prazo poderá ser de até 30 (trinta) dias para o recebimento definitivo.

c) A Contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG) ou matrícula do servidor responsável pelo recebimento, emitido pela Secretaria Municipal Contratante.

8.20 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.21 O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8.22 O fornecedor será responsável pela entrega e/ou recolhimento do produto, incluindo custos com frete.

8.23 Por se tratar de Registro de Preços, o quantitativo mínimo previsto para demanda por esta Administração Pública, poderá ser de até 5 (cinco) unidades registrada do quantitativo, ao passo que o quantitativo máximo poderá ser de até 487 unidades registradas.

9. METODOLOGIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1 Os serviços deverão ser realizados por pessoal qualificado, observando, rigorosamente, o estabelecido nas normas técnicas do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro.

9.2 Os serviços serão executados de segunda a sexta-feira, no horário de 9:30h às 16:30h.

9.3 VISTORIA

9.4 A CONTRATADA deverá realizar vistoria nos locais onde estão os extintores de incêndio para aferir as condições dos equipamentos. Esta vistoria é importante para conhecimento das condições físicas e retida/reinstalação dos extintores.

10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1 A CONTRATADA deverá possuir cadastro como empresa instaladora no CBMERJ.

11. TÉCNICAS QUANTITATIVAS

11.1 Os quantitativos pretendidos no referido processo foram apurados na estimativa do quantitativo necessário através de um levantamento realizado pelo setor de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



infraestrutura, para garantir a segurança de alunos, professores e servidores das unidades vinculadas à SEMED.

12. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 12.1** Iniciará o prazo de vigência após o recebimento da autorização de fornecimento;
- 12.2** O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, ou enquanto decorrer o fornecimento dos produtos dentro da vigência do mesmo, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

13. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 13.1** O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme disposto no art. 84, parágrafo único da Lei 14.133/21. Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer aditamentos para acréscimo e supressão de valor, equilíbrio econômico-financeiro, desde que observados os limites fixados pelo art. 124 da Lei nº 14.133/21, e a vigência desses ajustes fica condicionada às regras constantes do art. 105 da Lei nº 14.133, conforme previsão no instrumento contratual

14. DA GARANTIA

- 14.1** Os produtos, objetos desta licitação, deverão fazer-se acompanhar da nota fiscal discriminativa para efetivação de sua entrega, bem como o termo de garantia contra defeito de fabricação. A CONTRATADA se obriga a fornecer garantia contra defeito de fabricação de todo o material entregue e substituir, em até 05 (cinco) dias após a notificação, o material que apresentar qualquer defeito, sem implicar aumento no preço registrado, sob pena de aplicação de sanção.
- 14.2** A contratada deverá comprometer-se a prestar a garantia mínima estabelecidas nas especificações técnicas de cada produto constante deste Termo de referência, ou, pelo prazo fornecido pelo fabricante.
- 14.3** A CONTRATADA deverá obrigatoriamente, entregar o Termo de Garantia no ato da entrega do objeto, sob pena de não lhe ser oferecido sequer o recebimento provisório;
- 14.4** Todo produto entregue em substituição àquele defeituoso terá sua garantia contada a partir da data do novo recebimento definitivo, ocorrendo o mesmo para as peças utilizadas.
- 14.5** A empresa fornecedora dos produtos será responsável durante a garantia pela substituição, troca ou reposição dos equipamentos e/ou peças caso apresentem defeitos, avarias ou incompatibilidade com as especificações deste Termo de Referência;
- 14.6** A garantia dos serviços de instalação será de 90 (noventa) dias, contando a partir do recebimento definitivo.
- 14.7** Oferecer garantia mínima de 01 (um) ano para recarga, por cada extintor, a partir do recebimento dos extintores;

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 15.1** São obrigações da Contratante:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



- 15.1.1** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;
- 15.1.2** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Termo de Referência e Propostas, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 15.1.3** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas, ou irregularidades verificadas no objeto fornecido como, por exemplo, peso, qualidade e marcas diferentes da ofertada na proposta, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 15.1.4** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- 15.1.5** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto.

15.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, seus anexos e proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 16.1.1** Comparecer a reunião inaugural do contrato, obrigatoriamente presencial, no dia e horário acertado com a Contratante, para esclarecimento dos processos de entrega das mercadorias nas Unidades Escolares e posterior envio da nota de cobrança a Secretaria Municipal de Educação. O não comparecimento na reunião tem caráter eliminatório, habilitando a empresa classificada subsequentemente para o fornecimento do (s) item (ns) licitado (s).
- 16.1.2** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 16.1.3** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 16.1.4** O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Secretaria Municipal de Educação, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, o produto com avarias ou defeitos;
- 16.1.5** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



- 16.1.6** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 16.1.7** Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- 16.1.8** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- 16.1.9** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;
- 16.1.10** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.
- 16.1.11** A CONTRATANTE deverá fazer a retenção do Imposto de Renda (IRRF) no ato da liquidação da nota fiscal;

17. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 17.1** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

18. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 18.1** Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 18.2** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120, da Lei 14.133/2021.
- 18.3** O representante da Administração anotarará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

19. DO MODELO DA GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da lei nº 14.133, de 2021)

19.1 ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

- 19.2** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;
- 19.3** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput);
- 19.4** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (inciso VI do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



- 19.5 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (inciso III do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022);
- 19.6 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (inciso IV do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 19.7 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (inciso V do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 19.8 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (inciso VII do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 19.9 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (incisos I e II do art. 23 do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 19.10 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (inciso IV do art. 23 do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 19.11 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (inciso IV do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 19.12 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (art. 119 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 19.13 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 19.14 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (art. 121 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 19.15 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (§1º do art. 121 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 19.16 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.
- 19.17 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

20. DA REGULARIDADE

- 20.1** Certificado de regularidade junto a Fazenda Federal, Estadual e Municipal relativo a cada pagamento realizado.
- 20.2** Certificado de Regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por de Serviços (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos Encargos Sociais instituídos por lei, relativos a cada pagamento realizado.
- 20.3** Certificado de Regularidade Trabalhista, a cada pagamento efetuado.
- 20.4** Comprovação da Retenção do Imposto de Renda – IR, na Fonte, da contribuição para o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, por pagamento realizado.

21. DO CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, alínea “g”, da lei nº 14.133, de 2021)

- 21.1** Para efeito de pagamento, a CONTRATADA encaminhará à Secretaria gestora do contrato, a respectiva nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria Contratante, em 03 vias, acompanhada da Ordem de Fornecimento.
- 21.2** O prazo de pagamento, não será superior a 30 (trinta) dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela, e será feito mediante a apresentação de nota fiscal, devidamente atestada por dois servidores, sendo um deles necessariamente o fiscal do contrato.
- 21.3** As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA para as devidas correções. Nesse caso, o prazo voltará a ser contado a partir da data de reapresentação da nota fiscal, sem incorreções.
- 21.4** O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da CONTRATADA no Banco correspondente.

22. DO CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, alínea “h”, da lei nº 14.133, de 2021)

- 22.1** A Empresa a ser contratada, deverá apresentar, a título de habilitação, a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, nas condições seguintes:
- 22.2** Habilitação Jurídica:
 - a) Registro Comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou Contrato Social em vigor (documento de constituição acompanhado de todas as alterações realizadas ou consolidação acompanhada das alterações ocorridas), devidamente registrado, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentação de eleição de seus administradores;
 - b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
 - c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedades estrangeiras no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 22.3** Documentos Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:
 - a) Prova de inscrição no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda vigente;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa, “pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta contratação”;
- c) prova de regularidade para com as Fazendas:
- c.1 - Federal: Comprovação de regularidade, através de Certidão Negativa de Tributos e Contribuições Federais e da Dívida Ativa da União ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa, bem como da Seguridade Social-INSS;
- c.2 - Estadual: Comprovação de regularidade, através de Certidão Negativa de Débitos (Tributária e Não Tributária), se houver;
- c.3 - Municipal: Comprovação de regularidade, através de Certidão Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal;
- c.4 - Caso a empresa seja considerada isenta dos tributos municipais relacionados ao objeto deste Termo, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) Comprovação de Regularidade, através de Certidão Negativa junto ao FGTS, fornecida pela Caixa Econômica Federal;
- e) Comprovação de regularidade, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.
- 22.4** Na hipótese das certidões exigidas neste Instrumento, em qualquer das fases do processo de compra, não consignarem prazo de validade declarado no próprio documento, tampouco de não constar previsão em legislação específica relacionada com o citado prazo de validade, deverão os referidos documentos terem sido emitidos no máximo há 90 (noventa) dias, contados até a data de sua apresentação.
- 22.5** Certidão Positiva com efeito de Negativa, tem o mesmo efeito da Certidão Negativa.
- 22.6** Caso a proponente detentora do “menor preço” para hora do serviço e do “maior percentual de desconto” para as peças e acessórios, seja Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 22.7** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Sociedade Cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pela proponente, mediante apresentação de justificativa.
- 22.8** A não regularização da documentação fiscal no prazo previsto no subitem anterior, implicará na decadência da expectativa de direito à contratação.
- 22.9** Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão;
- 22.10** a) Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a experiência da licitante em serviços/fornecimento do item



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



23. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea “i”, da lei nº 14.133, de 2021)

23.1 O valor estimado total é de 366.826,25 (trezentos e sessenta e seis mil oitocentos e vinte e seis reais e vinte e cinco centavos) que teve como fonte de consulta a média dos valores cotados em pesquisa com potenciais fornecedores.

23.2 A pesquisa de preços para definir o valor estimado da licitação foi realizada com base nas diretrizes da Instrução Normativa nº 65 de 07 de julho de 2021.

24. DO CRITÉRIO DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA A PENALIZAÇÃO POR EVENTUAL ATRASO E OS DESCONTOS PELA ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO

24.1 O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, e desde que este atraso decorra de falha da Administração, o valor devido será acrescido de 0,1 % (um décimo por cento) a título de multa, além da incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês, calculado pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia, da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria Municipal Contratante e a data do efetivo pagamento.

24.2 O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado da taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculado pro rata die entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria Municipal Contratante.

25. DO REAJUSTE E REVISÃO

25.1 A revisão do contrato obedecerá aos critérios previstos pela Lei Federal nº 14.133/2021, assegurando-se à contratada o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

25.2 O critério de reajuste obedecerá ao índice do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), ou outro oficial do governo, desde a data prevista para apresentação da proposta com periodicidade anual.

25.3 Durante a validade da Ata de Registro de Preços, quando for o caso, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas aplicáveis a cada caso.

25.4 É vedado a Contratada interromper o fornecimento, sendo a referida obrigada a continuar a prestação enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, que não poderá perdurar mais de 45 (quarenta e cinco) dias, estando sujeita às penalidades previstas neste termo de referência.

26. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

26.1 O instrumento contratual firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos artigos 137 a 139 da lei Federal nº 14.133/2021.

26.2 Na hipótese de ocorrer à rescisão administrativa prevista no artigo 138, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, à Contratante são assegurados os direitos previstos no artigo 139, incisos I a IV, parágrafo 1º e 2º, do mesmo instrumento legal.

27. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

27.1 Comete infração administrativa de acordo com o artigo 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

27.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



- =====
- 27.3** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 27.4** Dar causa à inexecução total do contrato;
 - 27.5** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - 27.6** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 27.7** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 27.8** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - 27.9** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - 27.10** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 27.11** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 27.12** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 27.13** Pela inexecução total ou parcial do objeto a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contrato as seguintes sanções:
 - 27.14** Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
 - 27.15** Multa Administrativa, gradual conforme a gravidade da infração, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) e não excedendo, em seu total, o equivalente a 30% (vinte por cento) do valor do contrato, acumulável com as devidas sanções;
 - 27.16** Impedimento de licitar e contratar, com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos;
 - 27.17** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
 - 27.18** A critério da Administração Pública Municipal, as sanções previstas nos itens acima poderão ser aplicadas juntamente, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.
 - 27.19** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
 - 27.20** A penalidade por multa será:
 - 27.21** De 20% (vinte por cento) do valor global corrigido do contrato, no caso de inexecução total da obrigação;
 - 27.22** De 10% (dez por cento) do valor corrigido, correspondente à parte da obrigação contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação;
 - 27.23** De 0,03% (três centésimos por cento) por dia, no caso de atraso no cumprimento dos prazos de início e conclusão das etapas previstas no cronograma, até o máximo de 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação.
 - 27.24** O valor da multa aplicada deverá ser recolhido à Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da data do recebimento da notificação, podendo o valor ser descontado na ocasião de seu pagamento, ao exclusivo critério da Administração e respeitando o prazo supracitado.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



27.25 O não recolhimento da multa no prazo assinado implicará a sua inscrição na dívida ativa municipal, para cobrança judicial.

28. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, alínea “j”, da lei nº 14.133, de 2021)

28.1 Nos termos dos artigos 12 inciso VII da Lei Federal nº. 14.133/2021 foi elaborado plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

28.2 Os recursos financeiros a serem destinados para a despesa estão assegurados nas seguintes dotações orçamentárias, conforme previstos na Lei Municipal nº. 1.624 de 22 de novembro de 2017, como segue:

12.361.026.2.234 – Modernização, Revitalização e Manutenção das Unidades Escolares EN. FUND - 3.3.90.30.99.00 – OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO e 3.3.90.39.99.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

12.365.026.2.235- Modernização, Revitalização e Manutenção das Unidades Escolares EN. INFANTIL - 3.3.90.30.99.00 – OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO e 3.3.90.39.99.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

12.365.026.2.236- Modernização, Revitalização e Manutenção das Unidades Escolares Creches Municipais - 3.3.90.30.99.00 – OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO e 3.3.90.39.99.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS

12.367.026.2.426- Modernização, Revitalização e Manutenção das Unidades Escolares EN. ESPECIAL- 3.3.90.39.99.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS e 3.3.90.30.99.00 – OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO

12.366.026.2.425- Modernização, Revitalização e Manutenção das Unidades Escolares EJA- 3.3.90.39.99.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS e 3.3.90.30.99.00 – OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO

12.361.030.2.060- Manutenção das Atividades Administrativas - 3.3.90.39.99.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS e 3.3.90.30.99.00 – OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO

29. CONTROLE DE ELABORAÇÃO E REVISÃO

Setor Solicitante	Matrícula	Rubrica
Elaborador	Matrícula	Rubrica
Revisor Orçamentário	Matrícula	Rubrica
Revisão Final	Matrícula	Rubrica

30. DA SOLICITAÇÃO E APROVAÇÃO

30.1 Aprovo o presente Termo de Referência e a contratação do serviço requisitado, por constituir o seu objeto uma demanda da Secretaria Municipal de Educação e



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



=====

dada a legalidade do processo, conforme legislação vigente, bem como por ter cumprido os princípios da Administração Pública.

- 30.2** De acordo com o disposto na Lei n.º 14.133/2021, **APROVO** o presente Termo de Referência, considerando necessária a contratação do objeto em lide, com vista às justificativas apresentadas e em conformidade com as quantidades e especificações constantes deste Termo.

São Pedro da Aldeia, em 22 de maio de 2024.

SHEILA DE MORAES SANTOS ATALLA
Secretária Municipal de Educação
Mat. 37972



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



ANEXO II
ENDEREÇO DAS ESCOLAS

Nº	Unidade Escolar	Endereço
1	CRECHE MUNICIPAL COMUNITÁRIA DONA CHICA	R: Juscelino Kubstheck nº 547 - Soledade - cep: 28941-414
2	CRECHE MUNICIPAL COMUNITÁRIA PROFESSORA TIA FÁTIMA	R. Rua três nº 617 - Campo Redondo - cep: 28942-512
3	CRECHE MUNICIPAL COMUNITÁRIA TIA MÁRCIA	R. Umbelina da Conceição nº 1811 - r -P Fundo - cep: 28940-339
4	ESCOLA MUNICIPAL ANTÔNIO RODRIGUES DOS SANTOS	R: Silvino Pereira Damasceno nº46 - Porto Do Carro cep:28943-776
5	ESCOLA MUNICIPAL ANTÔNIO VAZ DA SILVA	R: Honório Sampaio nº212 - Rec Do Sol cep:28948-038
6	ESCOLA MUNICIPAL AURELINO MARTINS DOS SANTOS	Travessa Horizonte s/nº - Colina cep: 28942-710
7	ESCOLA MUNICIPAL BARNABÉ MARIANO DE SOUZA	Estrada da Sergeira s/nº - Cruz cep: 28946-890
8	ESCOLA MUNICIPAL CARLOTA ROCHA DA SILVA	R: Odílio Joaquim Antunes s/nº - Ponta do Ambrósio cep:28943-380
9	ESCOLA MUNICIPAL Dr. PLÍNIO DE ASSIS TAVARES	Estrada do Retiro - nº13 - Retiro cep:28944-170
10	ESCOLA MUNICIPAL DULCE JOTTA DE SOUZA	R. Euclides da Cunha - nº 140 - São João cep:28943-034
11	ESCOLA MUNICIPAL ELÍZIO HENRIQUE DE PAIVA	Estrada da Flexeira nº2533 - Flexeira cep: 28948-610
12	ESCOLA MUNICIPAL ELÍZIO IGNÁCIO RANGEL	Estrada Praia da Baleia nº5494 - Baleia - cep:28940-093
13	ESCOLA MUNICIPAL FLONETE ALEXANDRINO DA SILVA	Estrada do boqueirão nº 2621 - Poço Fundo cep: 28940-330
14	ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO PAES DE CARVALHO FILHO	R: Apolinário Rodrigues Soares nº 69 - Boqueirão cep: 28940-255
15	ESCOLA MUNICIPAL JAMILA MOTA DA SILVA	Elísio Miranda, nº 145 - São João cep:28943-018
16	ESCOLA MUNICIPAL JARDIM PRIMAVERA	R: Corretor José Zapone - nº56 - Jardim Primavera - cep: 28943-628



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



17	ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ GUIMARÃES	R: Henrique Pinto Monteiro -nº160 - Porto da Aldeia cep:28940-528
18	ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ TEIXEIRA PAULO	R: Francisco Orlando -nº741 - Balneário das Conchas cep: 28949-376
19	ESCOLA MUNICIPAL LUÍZA TERRA DE ANDRADE	Rua: Luiza Terra de Andrade nº208 - Campo Redondo cep:28942-464
20	ESCOLA MUNICIPAL PROFª. MARIA CELESTE DE CAMPOS	Rua: Caminho dos Mendessnº 365- Baixo Grande cep:28943-244
21	ESCOLA MUNICIPAL PROFª. MARIA DA GLÓRIA DOS SANTOS MOTTA	Avenida:Maria Dulce s/nº - Praia Linda cep: 28949-828
22	ESCOLA MUNICIPAL PROFª. CAROLINA NAZARETH TEIXEIRA PINHEIRO	R: Santa Amélia - nº 187 - São Jose cep: 28941-271
23	ESCOLA MUNICIPAL PROFª. MIRIAM ALVES DE MACEDO GUIMARÃES	Rua: Da Maçonaria, s/nº - Fluminense - cep28941-342
24	ESCOLA MUNICIPAL QUILOMBOLA DONA ROSA GERALDA DA SILVEIRA	Estrada da Caveira - s/nº - Botafogo cep:28945-453
25	ESCOLA MUNICIPAL RUBEM ARRUDA	Rua da Violetas - Soledade - Morro Dos Milagres
26	ESCOLA MUNICIPAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS	Avenida Brasil nº225 - Parque arruda cep: 28944-704
27	ESCOLA MUNICIPAL VIDAL DE NEGREIROS	Rua Quaresma, nº 30 - Alecrim cep: 28944-600
28	ESCOLA MUNICIPAL VINHATEIRO	Estrada dos Passageiros nº 305 - Vinhateiro cep:28943-484
29	ESCOLA MUNICIPAL PROFª. DULCINDA JOTTA MENDES	R: Carlinda Araujo s/nº - São João cep:28942-862
30	ESCOLA MUNICIPALIZADA ADALGIZA DA SILVA LOBO	R: Prefeito Waldir da Silva Lobos, nº 1614 - Morro dos Milagres - cep28941-620
31	ESCOLA MUNICIPALIZADA CAPITÃO COSTA	Estrada da Cruz nº02 - Cruz cep:28946-195
33	ESCOLA MUNICIPALIZADA ELÍZIO DA COSTA MOREIRA	Estrada Pau Rachado s/nº B:Pau Rachado cep 28946-742
33	ESCOLA MUNICIPALIZADA LUCINDA FRANCISCONE MEDEIROS	Rua: Agenor Medeiros, nº31 Porto do Carro cep: 28943-39
34	ESCOLA MUNICIPALIZADA MANOEL MARTINS TEIXEIRA	Est. Velha de Iguaba -s/nº cep:28948-868
35	ESCOLA MUNICIPALIZADA MANOEL MORAES DA SILVA	Est. Silva jardim nº1078 - Campo Redondo - cep:28942-206



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



36	ESCOLA MUNICIPALIZADA PAINEIRA	R. Leci Pereira de Souza - s/n° São Pedro II cep:28940-000
37	ESCOLA MUNICIPALIZADA PAULO ROBERTO MARINHO	Rod. Amaral Peixoto, Km 115 - São Matheus cep:28940-000
38	ESCOLA MUNICIPALIZADA PEQUIÁ	Rua: Fausto Ferreira Leite - n°08 - Bairro: Rua do Fogo - CEP:28.948-452
39	ESCOLA MUNICIPALIZADA RETIRO	Estrada Retiro, 199 -- Retiro cep: 28944-170
40	ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PEDRO PAULO LOBO DE ANDRADE	Rua: Getulio Vargas n° 550 Bairro: Centro cep: 28941-122
41	ESCOLA MUNICIPAL GRACINÉA RODRIGUES DE SOUZA	Rodovia Amaral Peixoto Km 103 - Praia Linda cep: 28949-746
42	ESCOLA MUNICIPALIZADA VITAL BRASIL	Rua: Antonio Araujo Mendonça 704 - Ponta do Ambrósio - cep: 28943-386
43	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	Rua Francisco Santos Silva, n° 479, Bairro Nova São Pedro – Cep: 28941-186
44	ALMOXARIFADO	Rua 12 de outubro, n° 203, Bairro Estação- CEP: 28941-192